

# CORREIO POLÍTICO

POR  
RUDOLFO LAGO

Antônio Cruz/Agência Brasil



Alcolumbre quer Pacheco no STF

## Um ministro do STF para chamar de seu

Montesquieu ensinava, há 277 anos, que, “para que não se possa abusar do poder, é preciso que, pela disposição das coisas, o poder freie o poder”. É o princípio da equipotência dos poderes, considerada base central para a estabilidade de qualquer regime. O Brasil de 2025 ignora Montesquieu. Os poderes estão desequilibrados e numa disputa insana entre eles. E, mais do que qualquer interesse particular, essa parece ser a base principal do interesse do presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), e de outros parlamentares, em colocar um par, um colega senador, Rodrigo Pacheco (PSD-MG) na Suprema Corte. O Congresso quer ter um ministro do STF para chamar de seu.

### Lula deu a senha

A verdade é que foi o presidente Luiz Inácio Lula da Silva quem deu a senha. Outros presidentes tinham indicado advogados-gerais da União para o STF. Como Gilmar Mendes e André Mendonça. Lula foi além: indicou seu advogado particular, Cristiano Zanin, para ministro do STF. Sendo atribuição do Executivo indicar os ministros do STF, os presidentes, assim, se blindam há tempos.

Fabio Rodrigues-Pozzebom/Agência Brasil



Mais de 30 parlamentares investigados

## Executivo e Judiciário já se blindam

Depois do Mensalão, Lula entendeu que escolher somente pelo perfil de juristas renomados não lhe garantia essa blindagem. Naturalmente, o próprio Judiciário – por uma questão corporativa – já se blindou. E a decisão tomada por Gilmar Mendes na semana passada ao limitar a possibilidade de impeachment foi uma clara medida de proteção corporativa. No momento em que parlamentares vêm sendo alvos de diversas operações policiais que depois viram ação na Justiça, só o Legislativo não tem quem o proteja na Corte.

### Mais de 30 inquéritos

Quando, em setembro, a Câmara dos Deputados tentou emplacar a PEC da Blindagem, já havia 36 inquéritos abertos na Justiça contra parlamentares como consequência das operações determinadas pelo ministro Flávio Dino para investigar irregularidades no orçamento. Agora, as operações sobre o INSS também esbarram em diversos políticos.

## CPMI do INSS

Na semana passada, quando foi preso na CPMI do INSS o presidente da Confederação Brasileira dos Trabalhadores da Pesca e Aquicultura (CBPA), Abraão Lincoln Ferreira, estava como alvo indireto o deputado Silas Câmara (Republicanos-AM) e integrantes da sua família. Investigam-se repasses de dinheiro.

### Fundação

A investigação apura repasses de mais de R\$ 300 mil à Fundação Boas Novas, em Manaus, dirigida pelo irmão de Silas Câmara, o deputado Jônatas Câmara. Também teria sido repassado dinheiro para Milena Câmara, presidente do Progressistas Mulher no Distrito Federal e filha de Silas Câmara.

### Incômodo

Um passeio pelo Congresso em dia de casa cheia revela o incômodo que há por conta de todas essas investigações policiais. Seja porque alguns sentem receio de chegar a eles, seja por uma impressão de que tudo isso possa acontecer por eventual motivação política para alcançar determinados objetivos eleitorais.

### Ampliação

Circula, por exemplo, no Parlamento uma ideia de ampliar para 15 o número de ministros do Supremo. Atualmente, são onze. Todos eles indicados pelo presidente da República, e aprovados pelo Senado após serem submetidos a uma sabatina na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). A ideia é dividir com outros essa prerrogativa.

### Além do presidente

Por essa ideia, as indicações dos novos ministros não seriam somente do presidente. Haveria uma indicação da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), uma do Ministério Público, e mais duas do próprio Congresso, sendo uma da Câmara dos Deputados e outra do Senado. Os ministros para chamar de seus.

### TCU

Uma ideia que aproximaria a composição do Supremo Tribunal Federal daquela que hoje é feita no Tribunal de Contas da União (TCU). Mas o TCU não é uma Corte do Judiciário. É um órgão assessor do Poder Legislativo. A mudança, então, diminuiria ou ampliaria o caráter político, que se critica, da Suprema Corte?

Kayo Magalhães/Câmara dos Deputados



Segurança e STF nos alvos de interesse do Congresso

# Congresso corre para aprovar matérias

## PEC da Segurança e STF estão no foco principal da semana

Por Beatriz Matos

O Congresso intensifica os trabalhos nesta semana, em uma corrida para aprovar propostas antes do recesso parlamentar marcado para 22 de dezembro. A movimentação vem acompanhada da repercussão da decisão do ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF), sobre o impeachment de ministros, que reacende debates sobre mudanças nas regras do processo.

Ao mesmo tempo, o Supremo retoma o julgamento do marco temporal para demarcação de terras indígenas, em sessão que deve atrair atenção de entidades e do Executivo.

### Segurança

Nesta semana, a Câmara deve avançar na PEC da Segurança Pública. A apresentação do parecer do relator, Mendonça Filho (União-PE), ficou para terça-feira (9), após pedido do presidente da Casa, Hugo Motta (Republicanos-PB), para que o texto seja “amadurecido” com líderes partidários.

O relator tem feito reuniões individuais em busca de consenso sobre pontos sensíveis da proposta, que prevê reorganização de competências e reforço às políticas de segurança.

O PL Antifacção também deve avançar nesta semana. O substitutivo do relator, senador Alessandro Vieira (MDB-SE),

será apreciado na quarta-feira (10), após a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) adiar a análise na semana passada. O novo texto reformula a proposta aprovada pela Câmara, retoma pontos defendidos pelo governo e cria um tributo sobre apostas para financiar políticas de segurança pública. Como o parecer altera significativamente a versão original, o projeto deverá retornar à Câmara caso seja aprovado pelos senadores. Nos bastidores, a expectativa é de votação rápida tanto na CCJ quanto no Plenário.

Quanto a CPI do Crime Organizado, mais uma sessão está marcada para terça-feira (9), às 9h, com a oitiva do ministro da Justiça e Segurança Pública, Ricardo Lewandowski.

### Impeachment

Com a decisão monocrática do ministro Gilmar Mendes, o Senado retomou a análise do projeto apresentado por Rodrigo Pacheco (PSD-MG), parado na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) desde 2023.

A proposta, relatada pelo senador Weverton (PDT-MA), atualiza as regras de impeachment e estabelece quórum qualificado para a abertura de processos contra ministros do STF, aumentando a exigência de votos e reduzindo riscos de pedidos casuísticos. O texto será analisado pela CCJ na quarta-feira (10).